A RAIZ MATRICIAL DO ROMPIMENTO DA ESTABILIDADE AMBIENTAL

Reis Friede¹

Resumo: O presente artigo discorre sobre algumas das causas constantemente associadas ao alardeado rompimento da estabilidade ambiental em que se encontra o planeta, citando, ainda, seus respectivos efeitos. Por fim, propõe uma reflexão sobre a raiz matricial do complexo problema, visando buscar a solução adequada para o mesmo.

Palavras-chave: Causas; Consequências; Estabilidade Ambiental; Rompimento.

Ouvimos todos os dias, e a toda hora, e, - porque não dizer -, com irritante insistência, que caminhamos, a passos largos (e para os mais pessimistas, de forma irreversível), para retirar o planeta da excepcional *estabilidade ambiental* em que se encontra há mais de 10 mil anos, com consequências simplesmente impensáveis.

Não obstante não se possa negar a relativa veracidade do autêntico “*alerta geral*” que vem sendo constantemente consignado, particularmente, pela mídia, - inclusive com a persistente notícia no que concerne ao rompimento do equilíbrio de três dos nove “*limiares planetários*” (a mudança climática, a perda da biodiversidade e a alteração no ciclo do nitrogênio) -, continua a existir uma autêntica e lamentável *conspiração*, por parte dos políticos e, em alguma medida, também por parte dos principais estudiosos sobre o tema, no sentido de que a solução definitiva do problema deve se apoiar sobre o sinérgico combate aos *efeitos* do epigrafoado *imbróglio ambiental* e não propriamente sobre as *causas primárias* que conduzem (e historicamente vem conduzindo) à origem do mesmo, qual seja, o *contínuo e descontrolado crescimento populacional*, notadamente nos Países subdesenvolvidos.

¹ Doutor em Direito Político pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991). Professor permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local - MDL do Centro Universitário Augusto Motta, professor conferencista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército e desembargador federal - Tribunal Regional Federal da 2ª Região. E-mail: reisfriede@hotmail.com.

Esta é exatamente a tradução interpretativa do alerta da *Associação Americana para o Progresso da Ciência – AAAS* que, em reunião ocorrida em fevereiro de 2011, através de seus pesquisadores, concluiu, de forma incisiva, que “*uma população crescente competirá por recursos cada vez mais escassos (...) o que tornará o planeta Terra, em 2050, irreconhecível pelos padrões atuais*” (O GLOBO, 2011, p. 34)². O diretor da *Iniciativa em Pesquisa Populacional*, da Universidade do Estado de Ohio, JOHN CASTERLINE, no mesmo sentido, adverte que “*a crescente população (global) vai exacerbar problemas já existentes, como a degradação dos recursos naturais*” (O GLOBO, 2011, p. 38), informando, de forma complementar, em conjunto com os mais diversos especialistas em crescimento populacional que, nos últimos 20 anos, muito pouco foi investido em *planejamento familiar*, ressaltando, por conseguinte, a urgente necessidade de se investir mais recursos no controle do número de nascimentos, especialmente nos países em desenvolvimento.

A própria ONU, através de *relatório* editado pelo seu Fundo de População (UNFPA), vem, no mesmo sentido, reconhecendo que “*frear a expansão demográfica teria o mesmo impacto, em termos de redução de emissões, que substituir todas as termoelétricas à base de carvão por estações de energia eólica*” (O GLOBO, 2009, p. 38), defendendo, por fim, o maior acesso das mulheres a *métodos contraceptivos*, ao *planejamento familiar* e à *educação*, como formas efetivas de se combater o denominado *aquecimento global*.

Ainda assim, a mesma UNFPA, em aparente contradição, deixa claro ser contra a imposição de uma consistente política de *controle populacional*, concluindo que a decisão quanto ao número de filhos continua sendo um direito inalienável de cada mulher, ainda que reconheça que 35% das gestações nos Países em desenvolvimento, simplesmente, não são desejadas.

Curioso observar, em necessária adição contextual, que há sempre um *demógrafo de plantão* preocupado, muito mais, em nos alertar dos supostos *riscos* inerentes a uma *política de planejamento familiar* (com a consequente alteração da pirâmide etária), - ignorando, de forma irresponsável, os consequentes efeitos do aumento da expectativa de vida em todo o mundo e do próprio prolongamento da vida útil humana, como bem assim dos extraordinários avanços da tecnologia aplicada ao trabalho e à produção econômica -, do que propriamente das terríveis consequências de uma total (e

² No mesmo sentido, o presidente da *Global Footprint Network*, MATHIS WACKERNAGEL (O GLOBO, 2011), explica que, em 1961, o consumo global requeria apenas 0,63 da capacidade do planeta de se renovar. Em 1975, o número chegou a 0,97, atingindo 1,06 (ou seja extrapolando a capacidade de recomposição dos recursos naturais) em 1980 e 1,45 em 2005; ou seja, para sustentar a atual população, nos atuais padrões de consumo (que, registre-se, em média, nem poderiam ser considerados excessivamente elevados, havendo, ao reverso, legítimas demandas no sentido de ampliação dos mesmos) é necessário uma área de quase um planeta e meio, o que tornará nosso mundo, simplesmente, inabitável ainda no final do presente século.

Revbea, São Paulo, V. 9, Nº 1:37-42, 2014.

irresponsável) ausência de uma mínima *preocupação* (e consequente *ação*) a respeito do tema.

Neste sentido, não nos parece plausível (por imperiosa ausência de razoabilidade) cobrar um verdadeiro *sacrifício* de todos, - em efetivo desfavor da merecida *qualidade de vida* e do próprio *direito ao bem-estar* que cada um de nós legitimamente almeja como detentores da *cidadania* -, sem qualquer contrapartida com uma política global de *planejamento familiar* (e correspondente *controle de natalidade*) que permita, no longo prazo, verdadeiramente restabelecer o *equilíbrio ambiental* desejado (potencialidade de oferta de recursos planetários *versus* consumo quantitativo e qualitativo projetado), debelando, de modo pleno e definitivo, os *riscos ambientais* que supostamente ameaçam a própria sobrevivência da espécie humana a longo prazo.

Não devemos olhar só para a população ou só para o consumo.

Afinal, se tivéssemos um décimo de população, o consumo não importaria tanto, e se tivéssemos um décimo do consumo, o número de pessoas não teria tanta importância. (John Sulston, Nobel de Medicina)

Entender de forma diversa, - insistindo em apenas e tão somente restringir emissões de carbono na atmosfera, ou outras providências assemelhadas -, não nos parece uma solução adequada, até porque, a toda evidência, não ataca diretamente o problema (em suas *causas primárias*) e, sim, apenas o que alude aos seus *efeitos observáveis*, posto que não seria minimamente sensato restringir, por um lado, o direito inalienável de cada ser humano buscar melhorias no que concerne à sua existência no planeta (o que implica, ainda que indiretamente, em aumento pela demanda de recursos naturais), enquanto, por outro, manter a contínua (e sem qualquer controle) *procriação irresponsável*, ampliando, em última análise, a dimensão do próprio problema.

Oportuno consignar, neste contexto analítico, que Robert Engelman, vice-presidente do Instituto Worldwatch, não obstante afirmar ser “*quase impossível não relacionar crescimento da população e mudanças climáticas*” (O GLOBO, 2009, p. 38), - reconhecendo, inclusive, que muito provavelmente já sejamos insustentáveis com os atuais 7 bilhões de habitantes (as projeções para 2050 apontam um mínimo de 7,95 bilhões de habitantes com uma taxa anual de fecundidade de 1.54 e um máximo de 10,46 bilhões de habitantes com uma taxa anual de fecundidade de 2.5) -, ainda assim descarta o *planejamento familiar*³ como uma ação efetiva (e de curto prazo) para conter emissões de carbono na atmosfera⁴.

³ A contradição assinalada se afirma, com maior evidência, sobretudo, quando se advoga, por um lado, uma intransigente defesa pelo estabelecimento de *novas políticas* que considerem a

Revbea, São Paulo, V. 9, Nº 1: 37-42, 2014.

Também, há de se estabelecer, dentro do escopo do pensamento dominante das principais organizações ambientais, um mínimo de *coerência lógica* no que alude ao assunto em epígrafe; ou seja: se *procriar* deve ser uma *decisão livre* de cada casal, *mudar o estilo de vida* (outra causa incisivamente apontada como *fonte originária do aquecimento global*), igualmente, não pode ser apontada como uma *solução derradeira*, - a ser necessariamente imposta a todos -, para debelar, em definitivo, o complexo problema ambiental.

Devemos, portanto, o mais rápido possível, pensar seriamente sobre a *raiz matricial* do presente desafio, deixando de lado a autêntica *hipocrisia ambiental* que tanto nos tem desviado das verdadeiras (e difíceis) soluções que devem ser implantadas em nome da necessária (e almejada) continuação do pleno florescimento de nossa *Civilização*.

Diagrama 1: Projeção Analítica da População Mundial em 2050:

preservação da natureza e o gerenciamento mais eficiente de seus recursos com o propósito último de *suportar o crescimento populacional*, e por outro, simplesmente desconsidera que a atual e crescente *escassez de recursos* se caracterizam, indiscutivelmente, como simples *efeitos* do desordenado crescimento populacional, acima da própria capacidade de autosustentação do planeta, na qualidade de *causa efetiva* do complexo e preocupante problema *sub examinem*.

⁴ É curioso observar que em seu Relatório de Situação da População Mundial de 2011, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) conclame a Comunidade Internacional a "brigar pela redução do consumo excessivo e das emissões de gases de efeito estufa, com o propósito que o equilíbrio da natureza que sustenta a vida seja mantido" (O GLOBO, 2011, p. 38), ignorando, por outro prisma, que a principal razão do mencionado desequilíbrio seja exatamente a total e completa ausência de programas que não somente restrinjam o crescimento populacional, mas também estabeleçam um planejamento de redução populacional, impedindo que o mundo chegue à previsível e astronômica cifra de 10 bilhões de habitantes, concentrados nas partes mais miseráveis do planeta.

Revbea, São Paulo, V. 9, Nº 1:37-42, 2014.

Diagrama 2: Os Países mais Populosos do Mundo em 2009 e 2050:

Diagrama 3: A Evolução da População Mundial:

(Fonte: Divisão de População da ONU)

Conclusão

Conforme afirmado, não nos parece plausível cobrar um *sacrifício* de todos sem qualquer contrapartida com uma política global de *planejamento familiar* que permita restabelecer o *equilíbrio ambiental* desejado, debelando os *riscos ambientais* que supostamente ameaçam a sobrevivência da espécie humana em longo prazo.

Portanto, devemos o mais rápido possível, pensar seriamente sobre a *raiz matricial* do presente desafio, deixando de lado a *hipocrisia ambiental* que tanto nos tem desviado das verdadeiras soluções que devem ser implantadas em nome da necessária continuação do pleno florescimento de nossa *Civilização*.

REFERÊNCIAS

O Globo, Rio de Janeiro, p. 34, 23 Fev 2011

O Globo, Rio de Janeiro, p. 38, 19 Nov 2009

O Globo, Rio de Janeiro, p. 38, 27 Out 2011

Planeta no cheque especial ambiental. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 Out 2011. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/planeta-no-cheque-especial-ambiental-2696097>> Acesso em: 10/04/2014